



ATA N° 252 DE 07 DE FEVEREIRO DE 2019

COMITÊ DE INVESTIMENTOS

Ata de reunião realizada na sede do PREVIGUABA, ao dia 07 do mês de Fevereiro de 2019, as 11:30 hs. Dado início a reunião, com a palavra a Sra. Rosana Aparecida Rodrigues Alves -Presidente do Comitê de Investimento agradece a presença de todos. Segundo o secretário de Previdência e Trabalho, Rogério Marinho, o governo deve apresentar o projeto de reforma previdenciária entre os dias 19 e 21 de fevereiro, ou quando o presidente se reestabelecer. Já o presidente da Câmara, Rodrigo Maia, em recentes declarações provocou frustrações quanto à duração do trâmite da matéria no Congresso, por conta de limitações regimentais que precisarão ser respeitadas. Em relação à economia brasileira, o IPC-S, depois de ter terminado janeiro com alta de 0,57%, registrou avanço de 0,53% na primeira quadrissemana de fevereiro. Já o IPC-Fipe, que terminou janeiro com alta de 0,58%, subiu 0,66% na primeira quadrissemana de fevereiro. O IGP-M por sua vez, subiu 0,20% na primeira prévia de fevereiro, frente a 0,03% na primeira prévia de janeiro. Já o IPCA de janeiro subiu 0,32%, frente a dezembro, mês em que havia subido 0,15%, levando o resultado acumulado em doze meses para 3,78%. Em sua primeira reunião do ano, o Copom decidiu por unanimidade manter a taxa Selic em 6,50% ao ano, indicando cautela em um cenário volátil, às vésperas do anuncio das reformas estruturais prometidas pelo novo governo. Para a bolsa brasileira, foi uma semana de queda, com o Ibovespa recuando 2,57%. No ano a variação positiva é de 8,48% no ano. O dólar, por sua vez, subiu 1,32% na semana e o IMA-B Total caiu 1,57%. Nesta semana, no Brasil, teremos a divulgação dos dados parciais de inflação, da ata da última reunião do Copom e das vendas no varejo em dezembro de 2018. No exterior, o evento mais importante da semana é a divulgação da primeira prévia do PIB da zona do euro no quarto trimestre de 2108 e no Brasil será a divulgação da ata da última reunião do Copom, em que a taxa Selic deverá foi mantida. Importante destacar que depois dos fortes avanços ocorridos nos IMA's mais longos, exclusivamente por conta de expectativas com as reformas, a apreensão com uma eventual demora no trâmite já foi suficiente para provocar um recuo semanal dos mencionados indicadores. Com o novo governo ainda na fase das intenções, achamos mais apropriado sugerir um aumento da alocação em fundos de gestão do duration e em fundos de ações, ao invés da exposição aos indicadores mais longos. Entendemos que os gestores de fundos de duration contam com maior agilidade na formação de posições de mercado e que o risco bolsa, neste momento, parece estar mais bem delineado do que o que seria corrido com as taxas de juros das NTN's B longas, que já tiveram importantes quedas. Assim, em relação às aplicações dos RPPS aconselhamos o investimento de 25% dos recursos em fundos de investimento em títulos públicos que possuem a gestão do duration, produto a ser acompanhado com a devida atenção. Para os vértices médios (IMA-B 5, IDkA 2A e IRF-M Total) recomendamos ainda uma exposição de 30% e para os vértices de curto prazo, representados pelos fundos DI, pelos referenciados no IRFM-1 e pelos CDB's a alocação agora sugerida é de 15%. Permanece a recomendação de que, com a devida cautela e respeitados os limites das políticas de investimento e as exigências da nova resolução editada pelo CMN, é oportuna a avaliação de aplicações em produtos que envolvam a exposição ao risco de crédito (FIDC e FI Crédito Privado, por exemplo). Quanto à renda variável, continuamos a recomendar a exposição máxima de 30%, também por conta da melhora da atividade econômica neste ano, que já se refle em um melhor comportamento dos lucros das empresas e, portanto, da Bolsa de Valores e também pelo fato da importância do produto como fator de diversificação de portfolio, em um momento em que as taxas de juros dos títulos públicos não mais suprem a meta atuarial. Dessa

forma, mantivemos em 10% a sugestão de alocação em fundos multimercado e reduzimos de 5% para 2,5% a alocação em FII e FIP, respectivamente, dada a pouca disponibilidade de produtos no mercado. Em compensação e tendo-se em vista o potencial de valorização do segmento com a eleição de candidato pró-mercado elevamos a recomendação do investimento em ações de 10% para 15%. Para aqueles clientes que já contam com investimento de 5% tanto em FII, quanto em FIP, recomendamos que o teto de investimento em ações se mantenha em 10%. Por fim, cabe lembrarmos que as aplicações em renda fixa, por ensejarem o rendimento do capital investido, devem contemplar o curto, o médio e o longo prazo, conforme as possibilidades ou necessidades dos investidores. Já as realizadas em renda variável, que ensejam o ganho de capital, as expectativas de retorno devem ser direcionadas efetivamente para o longo prazo. Nada mais havendo a tratar eu Vanessa da Silva Ferreira dos Santos, lavrei e assino a presente Ata juntamente com os demais presentes que assim quiseram assinar, Iguaba Grande/RJ, 07 de Fevereiro de 2019.

Rosana Aparecida Rodrigues Alves - Presidente do Comitê de Investimento.

Vanessa da Silva Ferreira dos Santos – Secretária

Victor Medeiros Mendes da Silva – Membro

Rogério Maia Vieira - Membro

Allan Simonaci - Membro